

Rodrigo López Zilio

Direito Eleitoral

9ª edição

Revista, ampliada
e atualizada

2023

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

• A Editora JusPodivm passou a publicar esta obra a partir da 7.ª edição.

Z69d Zílio, Rodrigo Lopez
Direito Eleitoral / Rodrigo Lopez Zílio – 9. ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.
1088 p.

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-4148-6.

1. Direito Eleitoral. I. Zílio, Rodrigo Lopez. II. Título.

CDD 341.28

Bibliotecário Responsável: Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	27
CAPÍTULO 2 – AUTONOMIA.....	29
CAPÍTULO 3 – FONTES DO DIREITO ELEITORAL	31
1. Constituição Federal	31
2. Tratados internacionais.....	32
3. Lei das Inelegibilidades.....	33
4. Lei das Eleições	33
5. Lei dos Partidos Políticos	34
6. Código Eleitoral	34
7. Lei de Transporte e Alimentação.....	35
8. Resolução	35
CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL	39
CAPÍTULO 5 – PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL	43
1. Princípio democrático	44
2. Princípio da soberania popular	44
3. Princípio da representatividade	45
4. Princípio republicano	45
5. Princípio da celeridade	46
6. Princípio da preclusão	46

7.	Princípio da isonomia	46
8.	Princípio da verdade eleitoral	47
9.	Princípio da normalidade e legitimidade das eleições.....	47
10.	Princípio da anualidade ou anterioridade eleitoral.....	48
CAPÍTULO 6 – A JUSTIÇA ELEITORAL.....		55
1.	Tribunal Superior Eleitoral.....	56
2.	Tribunal Regional Eleitoral.....	57
3.	Juízes Eleitorais	59
4.	Junta Eleitoral.....	61
5.	Atribuições da Justiça Eleitoral: a função administrativa, normativa-regulamentadora, julgadora e consultiva	61
CAPÍTULO 7 – O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....		67
1.	Introdução.....	67
2.	Procurador-Geral Eleitoral	69
3.	Procurador Regional Eleitoral.....	69
4.	Promotor Eleitoral.....	70
5.	Regulamentação do Ministério Público Eleitoral.....	71
CAPÍTULO 8 – SISTEMAS ELEITORAIS.....		75
1.	Sistema Majoritário.....	75
1.1.	Sistema majoritário de maioria simples ou relativa	76
1.2.	Sistema majoritário de maioria absoluta	76
2.	Sistema Proporcional	77
CAPÍTULO 9 – NULIDADES		85
1.	Introdução	85
2.	Da nulidade dos votos: art. 175, §§3º e 4º CE	88
3.	Do art. 16-A da LE	89

4. Da nulidade da eleição: art. 224 CE	91
CAPÍTULO 10 – DIREITO PARTIDÁRIO.....	99
1. Introdução.....	99
2. Natureza jurídica do partido político e mandado de segurança contra ato de dirigente partidário.....	100
3. Criação e registro e participação na eleição.....	101
3.1. Criação e registro	101
3.2. Requisitos para participação na eleição.....	104
4. Liberdade de criação, autonomia e os preceitos constitucionais.....	112
4.1. Liberdade de criação e autonomia.....	112
4.2. Preceitos constitucionais	114
4.2.1. Caráter nacional	115
4.2.2. Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.....	115
4.2.3. Funcionamento parlamentar	115
4.2.4. Prestação de contas dos partidos políticos.....	115
4.2.5. Recursos do Fundo Partidário.....	119
4.2.6. Outros recursos	129
5. Responsabilidade partidária, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos	144
6. Coligação	146
7. Federação partidária	150
8. Cláusula de barreira.....	153
9. Fidelidade partidária.....	155
10. Competência	163
CAPÍTULO 11 – DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	165
1. Introdução.....	165

2. Sufrágio e voto.....	170
3. Da capacidade eleitoral	172

CAPÍTULO 12 – CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA..... 173

1. Introdução.....	173
2. Alistamento eleitoral	176
3. Transferência	182
4. Segunda via	182
5. Cancelamento	183
6. Revisão do eleitorado	186

CAPÍTULO 13 – CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA 189

CAPÍTULO 14 – CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE 191

1. Introdução.....	191
2. Nacionalidade brasileira (art. 14, § 3º, I, da CF).....	192
3. Pleno exercício dos direitos políticos (art. 14, § 3º, II, da CF).....	194
3.1. Cancelamento da naturalização	195
3.2. Incapacidade civil absoluta	196
3.3. Condenação criminal transitada em julgado	199
3.4. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.....	205
3.5. Improbidade administrativa.....	208
4. Alistamento eleitoral (art. 14, §3º, III, da CF)	211
5. Domicílio eleitoral (art. 14, §3º, IV, da CF)	212
6. Filiação partidária (art. 14, § 3º, V, da CF).....	213
7. Idade mínima (art. 14, §3º, VI, da CF)	227

CAPÍTULO 15 – CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE 231

CAPÍTULO 16 – INELEGIBILIDADE.....	233
1. Introdução.....	233
2. Breve nota acerca da elegibilidade	233
3. Breve nota acerca do elemento nuclear da inelegibilidade.....	234
4. Distinção entre condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade	235
5. O registro de candidatura: breve análise das divergências da Teoria Clássica e da Teoria do Fato Jurídico	236
6. Bases teóricas para um conceito adequado de inelegibilidade no direito brasileiro	240
7. Aspectos materiais da inelegibilidade.....	241
7.1. Na Constituição Federal.....	244
7.2. Na Lei Complementar nº 64/1990	257
7.2.1. Modificações relevantes da Lei Complementar nº 135/2010	259
7.3. Causas de inelegibilidade da Lei Complementar nº 64/90 ...	273
8. Desincompatibilização	354
CAPÍTULO 17 – INABILITAÇÃO	357
CAPÍTULO 18 – PROCESSO ELEITORAL	361
CAPÍTULO 19 – CONVENÇÃO PARTIDÁRIA	363
1. Generalidades: autonomia partidária; omissão no estatuto; conflito de convenções.....	363
2. Prazo de realização e deliberação.....	366
3. Registro em livro e ata.....	370
4. Candidatura nata	372
5. Utilização de prédios públicos.....	372
CAPÍTULO 20 – REGISTRO DE CANDIDATURA.....	373
1. Generalidades: natureza jurídica, rito, candidatura coletiva e pré-candidato vs candidato	373

2.	Número de vagas e reserva por gênero	381
3.	Vagas remanescentes	385
4.	Prazo	386
5.	Documentos	386
6.	Diligências	395
7.	Substituição	395
8.	Homonímia	399

CAPÍTULO 21 – PROPAGANDA POLÍTICA 403

1.	Introdução	403
2.	Propaganda partidária	405
2.1.	Da propaganda partidária gratuita	406
3.	Propaganda intrapartidária	411
4.	Propaganda eleitoral	412
4.1.	Introdução: noções gerais	412
4.2.	Prazo inicial da propaganda eleitoral	417
4.3.	Propaganda extemporânea ou antecipada	418
4.4.	Promoção pessoal e propaganda eleitoral	421
4.5.	Excludentes de propaganda eleitoral antecipada: art. 36-A da LE	421
4.5.1.	Art. 36-A, inciso I, da LE	432
4.5.2.	Art. 36-A, inciso II, da LE	433
4.5.3.	Art. 36-A, inciso III, da LE	433
4.5.4.	Art. 36-A, inciso IV, da LE	434
4.5.5.	Art. 36-A, inciso V, da LE	436
4.5.6.	Art. 36-A, inciso VI, da LE	437
4.5.7.	Art. 36-A, inciso VII, da LE	437
4.6.	Procedimento para apuração da propaganda eleitoral irregular	437

4.7.	Poder de polícia	444
4.8.	Modalidades de propaganda eleitoral	450
4.8.1.	Propaganda em <i>outdoors</i>	450
4.8.2.	Propaganda em bens particulares.....	451
4.8.3.	Propaganda em bens públicos.....	454
4.8.4.	Propaganda nas dependências do Poder Legislativo	462
4.8.5.	Propaganda eleitoral em recinto aberto ou fechado	463
4.8.6.	Propaganda mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som e comícios	463
4.8.7.	Showmícios.....	465
4.8.8.	Propaganda mediante panfletagem	467
4.8.9.	Propaganda eleitoral na imprensa escrita.....	470
4.8.10.	Propaganda eleitoral no rádio e televisão.....	476
4.8.11.	Debates.....	481
4.8.12.	Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.....	485
4.8.13.	Propaganda eleitoral na internet.....	503
4.8.14.	Propaganda eleitoral no dia da eleição.....	524
CAPÍTULO 22 – DIREITO DE RESPOSTA.....		527
CAPÍTULO 23 – PESQUISAS ELEITORAIS		535
CAPÍTULO 24 – FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS ...		543
1.	Introdução.....	543
2.	Da arrecadação	545
2.1.	Despesas de campanha. Responsabilidade.....	545
2.2.	Administração financeira da campanha. Informações financeiras e contábeis. Responsabilidade.....	546

2.3.	Limites dos gastos de campanha. Contabilização. Valores máximos de gastos. Sanções	547
2.4.	Comitês financeiros.....	549
2.5.	Conta bancária específica	549
2.6.	Arrecadação de recursos financeiros de campanhas	551
2.7.	Doações de recursos financeiros: formas legais.....	567
2.8.	Recibo eleitoral.....	570
2.9.	Doações: limites legais e representação por descumprimento ...	570
2.10.	Arrecadação de recursos de campanha. Prazos	575
2.11.	Fontes vedadas: art. 24 da LE.....	577
2.12.	Recursos de origem não identificada.....	578
2.13.	Gastos eleitorais: art. 26 da LE.....	578
2.14.	Contratação de pessoal para prestação de serviços de campanha eleitoral: art. 100-A da LE.....	583
2.15.	Gastos de apoio de eleitor: art. 27 da LE	586
2.16.	Descumprimento das normas de arrecadação e aplicação de recursos. Sanção ao partido	587
3.	Prestação de contas.....	588
3.1.	Introdução e princípios do processo de prestação de contas	588
3.2.	Dos obrigados a prestar contas	589
3.3.	A prestação de contas parcial na internet	590
3.4.	Dispensa de comprovação na prestação de contas.....	592
3.5.	Da assunção de débitos pelos partidos políticos.....	593
3.6.	O prazo de encaminhamento da prestação de contas.....	595
3.7.	A prestação de contas simplificada	596
3.8.	O processo de prestação de contas	597
3.9.	O julgamento da prestação de contas	598
3.10.	Da sobra de recursos financeiros	603

CAPÍTULO 25 – ELEIÇÃO	605
1. Introdução.....	605
2. Garantias eleitorais	605
3. Lei seca.....	607
4. Dia da eleição e abertura do comércio.....	607
5. Requisição da força federal	608
6. Atos preparatórios das eleições	608
6.1. Local de votação.....	609
6.2. Seções eleitorais.....	609
6.3. Mesa receptora	609
6.4. Votação.....	611
6.5. Apuração.....	615
6.6. Proclamação dos resultados.....	616
 CAPÍTULO 26 – DIPLOMAÇÃO.....	 619
1. Diplomação	619
2. Posse	622
 CAPÍTULO 27 – CONTENCIOSO JUDICIAL ELEITORAL	 623
1. Introdução.....	623
1.1. Breves observações sobre os procedimentos eleitorais e o art. 96-B da Lei nº 9.504/1997	629
1.2. Súmula-TSE nº 62.....	633
1.3. Art. 23 da LC nº 64/1990.....	634
1.4. Dos abusos não tipificados.....	636
1.5. O reconhecimento da existência de interesses ou direitos transindividuais eleitorais.....	638
1.6. A aplicação subsidiária do novo CPC em matéria eleitoral ...	640
2. Ação de impugnação ao registro de candidatura – AIRC.....	643

2.1.	Introdução	643
2.2.	Objetivo	644
2.3.	Competência	644
2.4.	Prazo para o ajuizamento	645
2.5.	Preclusão	646
2.6.	Legitimidade, litisconsórcio e assistência.....	647
2.7.	Capacidade Postulatória	654
2.8.	Questões procedimentais	655
2.8.1.	Petição Inicial	655
2.8.2.	Contestação	656
2.8.3.	Julgamento antecipado da lide ou instrução	657
2.8.4.	Alegações.....	659
2.8.5.	Sentença	660
2.8.6.	Recurso	668
3.	Recurso contra expedição do diploma – RCED.....	673
3.1.	Fundamento legal	673
3.2.	Objetivo	673
3.3.	Prazo	674
3.4.	Hipóteses de cabimento	674
3.4.1.	O RCED na concepção originária do Código Eleitoral.....	674
3.4.2.	O RCED e a Lei nº 12.891/2013.....	675
3.5.	A prova pré-constituída	682
3.6.	Competência e procedimento	682
3.7.	Legitimidade.....	683
3.8.	Efeitos	684
4.	Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE	685
4.1.	Considerações iniciais e fundamento legal.....	685
4.2.	Hipóteses de cabimento	687

4.3.	Competência	692
4.4.	Procedimento	693
4.5.	Bem jurídico	706
4.6.	Prazo de ajuizamento.....	708
4.7.	Legitimidade	709
4.8.	Sanções.....	714
4.9.	Recurso e efeitos.....	717
5.	Ação de impugnação de mandato eletivo – AIME	721
5.1.	Fundamento legal, autoaplicabilidade, prazo, segredo de justiça e litigância de má-fé	721
5.2.	Objetivo	724
5.3.	Hipóteses de cabimento	724
5.4.	Preclusão	729
5.5.	Bem Jurídico	730
5.6.	Legitimidade	731
5.7.	Competência	733
5.8.	Procedimento	734
5.9.	Sanções.....	737
5.10.	Recursos e efeitos	738
6.	Captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da LE)	739
6.1.	Fundamento legal	739
6.2.	Conceito: elementos de configuração.....	739
6.3.	Legitimados ativos.....	745
6.4.	Legitimado Passivo (sujeito ativo da conduta).....	746
6.5.	Lapso de incidência da norma (e da ação)	748
6.6.	Procedimento e bem jurídico tutelado	748
6.7.	Competência	750
6.8.	Sanções.....	751
6.9.	Recurso: prazo e efeitos.....	752

7.	Condutas vedadas.....	753
7.1.	Introdução	753
7.2.	Bem jurídico	754
7.3.	Legitimados	755
7.4.	Competência	758
7.5.	Sanções.....	758
7.6.	Procedimento	761
7.7.	Recurso: prazo e eficácia	762
7.8.	Lapso de ajuizamento da representação	763
7.9.	Lapso temporal de incidência das hipóteses legais.....	764
7.10.	As hipóteses materiais do art. 73 da Lei n° 9.504/1997	766
7.11.	A hipótese material do art. 74 da Lei n° 9.504/1997.....	813
7.12.	A hipótese material do art. 75 da Lei n° 9.504/1997.....	815
7.13.	A hipótese material do art. 77 da Lei n° 9.504/1997.....	815
8.	Captação e gastos ilícitos eleitorais	818
8.1.	A representação pelo art. 30-A da LE	818
8.2.	Hipóteses de cabimento	820
8.3.	Para fins eleitorais.....	827
8.4.	A representação pelo art. 30-A da LE e a prestação de contas	828
8.5.	Bem jurídico e a responsabilização do candidato infrator	830
8.6.	Procedimento e competência.....	833
8.7.	Prazo de ajuizamento.....	833
8.8.	Legitimados	836
8.9.	Sanções.....	837
8.10.	Recurso: prazo e efeitos.....	838
9.	Ação rescisória eleitoral.....	839
9.1.	Introdução	839
9.2.	Hipóteses de cabimento	840

9.3.	Constitucionalidade.....	841
9.4.	Competência, prazo, procedimento e legitimidade.....	842
CAPÍTULO 28 – RECURSOS.....		845
1.	Introdução.....	845
2.	Dos efeitos dos recursos eleitorais	845
3.	Do prazo dos recursos eleitorais.....	846
4.	Da prevenção	848
5.	Do prejudgado.....	848
6.	Da irrecorribilidade das decisões interlocutórias e das decisões administrativas	848
7.	Dos recursos eleitorais perante as Juntas e Juízos Eleitorais.....	849
8.	Dos embargos de declaração	851
9.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Regional Eleitoral	853
10.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	857
CAPÍTULO 29 – DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL PENAL ELEITORAL		861
1.	Crimes eleitorais: generalidades	861
1.1.	Crimes eleitorais: conceito e bem jurídico	863
1.2.	Crimes eleitorais: natureza jurídica	863
2.	Competência	864
2.1.	Aspectos gerais.....	864
2.2.	Conexão.....	865
2.2.1.	Crime eleitoral e crime federal.....	865
2.2.2.	Crime eleitoral e crime militar.....	868
2.2.3.	Crime eleitoral e crime doloso contra a vida.....	868
2.3.	O Juiz das Garantias no Direito Eleitoral.....	868
2.4.	Prerrogativa de foro	870
2.5.	Ato infracional eleitoral.....	879
2.6.	Crimes em “ambiente eleitoral”	880

3.	Os institutos despenalizadores no direito penal eleitoral: a transação penal, a suspensão condicional do processo e o acordo de não persecução penal.....	880
4.	O princípio da insignificância nos crimes eleitorais	883
5.	Aplicação subsidiária do Código Penal nos crimes eleitorais.....	884
6.	Localização dos crimes eleitorais	885
7.	Classificação e divisão dos crimes eleitorais.....	886
8.	Conceito de funcionário público	887
9.	A pena mínima abstrata genérica	888
10.	Causas de agravamento e atenuação em limites expressos.....	889
11.	As espécies de penas dos crimes eleitorais.....	891
12.	Crimes eleitorais e Lei de Imprensa.....	894
13.	Imunidade eleitoral.....	894
13.1.	Da audiência de custódia nos crimes eleitorais.....	898
13.2.	Da prisão cautelar nos crimes eleitorais	899
14.	Da gravação ambiental como meio de prova nos ilícitos eleitorais ...	901
15.	Crime eleitoral e responsabilidade penal do diretório do partido político.....	903
16.	Procedimento penal eleitoral	905
16.1.	Generalidades.....	905
16.2.	Polícia judiciária eleitoral	906
16.3.	Ação penal eleitoral	909
16.3.1.	O arquivamento do inquérito policial eleitoral	910
16.4.	Procedimento para os crimes apurados perante o Juiz Eleitoral.....	912
16.4.1.	Da denúncia.....	913
16.4.2.	Da apresentação de defesa.....	918
16.4.3.	Da instrução e do depoimento pessoal.....	920

16.4.4.	Das alegações finais	922
16.4.5.	Da sentença e dos recursos.....	923
16.5.	Procedimento para os crimes de competência originária dos tribunais.....	927
CAPÍTULO 30 – CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE		933
BIBLIOGRAFIA		1073